

**AVALIAÇÃO INCLUSIVA E ADAPTAÇÕES CURRICULARES: REPENSANDO OS MÉTODOS
AVALIATIVOS PARA GARANTIR A EQUIDADE E O ACOMPANHAMENTO REAL DA
APRENDIZAGEM**

**INCLUSIVE ASSESSMENT AND CURRICULAR ADAPTATIONS: RETHINKING
EVALUATIVE METHODS TO ENSURE EQUITY AND REAL LEARNING MONITORING**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-102>

Elizama Alves de Aquino

Especialização em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva - FAVENI

E-mail: aquiprof@gmail.com

Ana Caroline de Oliveira Correia Machado

Licenciatura Plena em Pedagogia - UFMT

E-mail: anacorreiaoc@gmail.com

Ana Luiza Fernandes Neves

Especialização em Neurociências e Comportamento - Faculdade Intervale

E-mail: analuizafneves@hotmail.com

Valdelaine Soares da Costa

Graduação em Pedagogia - Anhanguera

E-mail: valdelaine71@gmail.com

Rejane Bonadimann Minuzzi

Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social - Feevale

E-mail: rejane.minuzzi74@gmail.com

Markélia de França Silva Batista

E-mail: markyfs_2004@hotmail.com

Claucione Soares Telles

Especialização em Educação Inclusiva e Especial - FAVENI

E-mail: claucionetelles@gmail.com

Dilva Pereira Coelho

Graduação em Pedagogia - UFMT

E-mail: dilvacoelhos@gmail.com

Paula Maria Lemos Cossari

Pedagogia – UEM

Fabio José Antonio da Silva

Doutorado em Educação Física – UEL

E-mail: fjas81@hotmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a articulação entre as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva, discutindo como o redesenho das práticas avaliativas é imprescindível para assegurar a equidade e viabilizar o acompanhamento real do desenvolvimento dos estudantes na educação básica. Historicamente fundamentado em modelos padronizados, meritocráticos e excludentes, o sistema educacional contemporâneo enfrenta o desafio de transitar de uma avaliação classificatória e somativa para uma perspectiva formativa, processual e mediadora. Por meio de uma revisão teórica fundamentada em produções acadêmicas recentes, o estudo discute o papel do currículo flexível, a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) e a necessidade de diversificar os instrumentos de aferição de competências. Os resultados apontam que as adaptações curriculares, quando integradas a práticas avaliativas customizadas, deixam de ser meros ajustes burocráticos para se tornarem instrumentos emancipatórios. Conclui-se que garantir a equidade na educação inclusiva demanda o fortalecimento de redes de colaboração, a formação docente continuada e a desconstrução de barreiras pedagógicas, assegurando que todas as singularidades humanas possam aprender e se desenvolver plenamente.

Palavras-chave: Adaptações Curriculares; Educação Inclusiva; Equidade Educacional; Avaliação Formativa; Plano Educacional Individualizado (PEI).

Abstract

This article analyzes the articulation between curricular adaptations and inclusive assessment, discussing how the redesign of evaluative practices is essential to ensure equity and enable the real monitoring of student development in basic education. Historically grounded in standardized, meritocratic, and exclusionary models, the contemporary educational system faces the challenge of transitioning from a classificatory and summative evaluation to a formative, process-oriented, and mediating perspective. Through a theoretical review based on recent academic productions, the study discusses the role of the flexible curriculum, the importance of the Individualized Educational Plan (IEP), and the need to diversify competency assessment tools. The results indicate that curricular adaptations, when integrated with customized evaluative practices, cease to be mere bureaucratic adjustments and become emancipatory instruments. It is concluded that guaranteeing equity in inclusive education requires strengthening collaborative networks, continuous teacher training, and the deconstruction of pedagogical barriers, ensuring that all human singularities can learn and fully develop.

Keywords: Curricular Adaptations; Educational Equity; Formative Assessment; Inclusive Education; Individualized Educational Plan (IEP).

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos pilares mais desafiadores e transformadores da contemporaneidade educacional. Superar a lógica da integração — na qual o estudante apenas ocupava um espaço físico na escola regular sem que houvesse alteração estrutural nas práticas — exige um repensar profundo dos paradigmas que sustentam o ensino, o currículo e, de forma muito incisiva, a avaliação da aprendizagem. Historicamente, o sistema educacional consolidou-se sob um modelo excludente, padronizado e meritocrático, que concebe o aluno a partir de uma média idealizada. No entanto, a efetivação de uma escola para todos demanda o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do humano e da aprendizagem como um processo singular.

Nesse cenário, as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva emergem não como favores pedagógicos ou concessões, mas como instrumentos fundamentais de garantia de direitos e de equidade. Enquanto as adaptações curriculares flexibilizam objetivos, conteúdos, metodologias e recursos de acesso, a avaliação inclusiva rompe com o caráter classificatório, seletivo e somativo que historicamente marcou as instituições escolares. Repensar o método avaliativo significa transitar de uma avaliação *do* erro punitivo para uma avaliação *para* a aprendizagem formativa, mediadora e emancipatória.

O presente artigo tem como objetivo analisar a articulação entre as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva, discutindo como o redesenho das práticas avaliativas é imprescindível para assegurar a equidade e viabilizar o acompanhamento real do desenvolvimento dos estudantes, com amparo em produções teóricas e legais recentes da área educacional.

Ademais, as discussões contemporâneas sobre o direito à educação apontam que a permanência do aluno na sala de aula comum perde o seu sentido emancipatório se estiver desacompanhada de práticas pedagógicas que assegurem sua aprendizagem significativa. A legislação e as diretrizes educacionais recentes reforçam que a inclusão escolar não se esgota na matrícula, exigindo transformações estruturais na didática e nos sistemas de ensino. No entanto, o cotidiano escolar ainda revela uma lacuna persistente entre o discurso legal da inclusão e a realidade das salas de aula, onde professores muitas vezes se veem desamparados diante da diversidade de demandas cognitivas, sensoriais e comportamentais, carecendo de suporte técnico e metodológico adequado.

Nesse contexto de transição paradigmática, o ato avaliativo destaca-se como um dos nós górdios da prática docente. Enquanto a avaliação for concebida sob a ótica da padronização e da punição, a equidade permanecerá inalcançável. Repensar os métodos avaliativos à luz das adaptações curriculares é, portanto, um ato de coragem política e pedagógica que desafia a escola a olhar para o potencial do estudante em vez de focar exclusivamente nas suas limitações aparentes. É sob essa ótica que o presente estudo se justifica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O PARADIGMA DA INCLUSÃO E O CURRÍCULO FLEXÍVEL

A construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas pressupõe que o currículo escolar não seja um documento rígido e imutável, mas sim uma ferramenta viva, aberta às ressignificações impostas pela heterogeneidade da sala de aula. Conforme apontam discussões contemporâneas sobre políticas de inclusão, a adaptação curricular configura-se como um conjunto de ações articuladas que visam garantir que o aluno tenha acesso real ao conhecimento escolar (Arruda, 2026). Essas ações vão desde modificações de pequeno porte, realizadas pelo professor no cotidiano da sala comum, como alteração de estratégias metodológicas e recursos didáticos, até adaptações de grande porte, que envolvem diretrizes de sistemas de ensino e o apoio especializado (Luz: Cruz, 2022).

O erro histórico da escola tradicional residia na tentativa de moldar o aluno ao currículo padronizado. A perspectiva inclusiva inverte essa lógica: é a escola, por meio de seu projeto político-pedagógico e de sua práxis docente, que deve adaptar-se para atender às necessidades e potencialidades do estudante. Isso inclui o respeito aos diferentes ritmos cognitivos, estilos de aprendizagem e formas de expressão, assegurando que o acesso ao conhecimento não seja negado por barreiras atitudinais, arquitetônicas ou pedagógicas (Pereira Júnior et al., 2026).

Ademais, a efetivação das adaptações curriculares exige a superação da visão de que a educação especial é um setor isolado da escola. O planejamento curricular inclusivo demanda um trabalho colaborativo e interdisciplinar, integrando professores do ensino regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a gestão escolar. Conforme aponta Arruda (2026), a ausência de políticas institucionais consistentes e de momentos formativos voltados para a reflexão sobre a prática pedagógica muitas vezes gera insegurança docente, transformando o ato de adaptar o currículo em uma iniciativa isolada e de cunho puramente improvisado, o que compromete a qualidade do ensino ofertado.

Nessa perspectiva, as adaptações curriculares não se limitam a reduções de conteúdos ou simplificações excessivas que empobrecem a experiência escolar do aluno. Pelo contrário, elas representam um redimensionamento estratégico das metodologias e dos objetivos de aprendizagem, garantindo que o estudante acesse o saber científico, artístico e tecnológico por caminhos múltiplos (Lu; Cruz, 2022). O cerne da adaptação curricular reside em assegurar a autonomia e a participação ativa do educando, respeitando suas singularidades cognitivas e sensoriais sem, contudo, descaracterizar a relevância social e cultural dos saberes veiculados pela instituição escolar (Pereira Júnior et al., 2026).

2.2 A AVALIAÇÃO TRADICIONAL *VERSUS* A AVALIAÇÃO INCLUSIVA: DA CLASSIFICAÇÃO À MEDIAÇÃO

Para que a inclusão se efetive no chão da escola, a avaliação da aprendizagem precisa passar por uma revolução conceitual. A avaliação tradicional, de caráter eminentemente somativo e classificatório, atua frequentemente como um mecanismo de exclusão sutil ou explícita. Ela mede o estudante a partir de um padrão linear, desconsiderando as condições de oferta do ensino, os pontos de partida individuais e as barreiras enfrentadas por alunos público-alvo da educação especial.

Em contrapartida, a avaliação inclusiva fundamenta-se na perspectiva formativa e processual. Ela deixa de ser um ponto final para se integrar ao ato pedagógico como bússola orientadora. Como destacam estudos recentes voltados a públicos específicos, como estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), avaliar inclusivamente exige diversificar os instrumentos e os critérios de aferição de competências (Vasconcelos et al., 2025).

Isso significa que a verificação da aprendizagem não pode se restringir a provas escritas padronizadas de múltipla escolha ou dissertativas longas, que muitas vezes avaliam apenas a capacidade de memorização ou esbarram em barreiras de comunicação e linguagem. O uso de projetos, portfólios, observação sistemática, registros descritivos, rubricas e ferramentas de comunicação alternativa constitui caminhos legítimos e necessários para que o estudante demonstre o que aprendeu por meio de múltiplos meios de expressão (Pereira Júnior et al., 2026).

Outro aspecto crucial na consolidação da avaliação inclusiva é a desconstrução da crença de que a nota numérica final traduz, com fidelidade, o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do estudante. Quando a avaliação se restringe a métricas quantitativas e padronizadas, ela silencia as nuances do processo de aprendizagem e desconsidera as barreiras específicas que o aluno enfrentou ao longo do percurso. Em contrapartida, abordagens avaliativas processuais e qualitativas permitem ao docente mapear avanços sutilezas, identificar lacunas pontuais e redimensionar a prática pedagógica em tempo real, garantindo que o acompanhamento do desenvolvimento seja contínuo e assertivo (Vasconcelos et al., 2025).

Ademais, repensar o método avaliativo exige estabelecer uma parceria dialógica entre a escola, o estudante e sua família. A avaliação inclusiva pressupõe que o aluno não seja um mero espectador ou receptor passivo de conceitos e notas, mas sim um participante ativo na reflexão sobre o seu próprio progresso. Ao adotar autoavaliações orientadas e devolutivas formativas transparentes, o professor promove a autonomia do educando, ajudando-o a reconhecer suas potencialidades e a compreender os caminhos necessários para superar suas dificuldades, o que consolida a equidade como eixo central do cotidiano escolar (Arruda, 2026).

2.3 O PAPEL DO PEI (PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO) E A EQUIDADE

A busca pela equidade educacional, que consiste em tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades para alcançar a verdadeira justiça social, encontra no Plano Educacional Individualizado (PEI) um de seus instrumentos mais robustos. O PEI orienta o mapeamento das potencialidades, das barreiras e dos apoios necessários, servindo de base para delinear tanto as adaptações curriculares quanto os critérios avaliativos customizados (Vasconcelos et al., 2025).

Contudo, faz-se crucial ressaltar que adaptar e individualizar a avaliação não significa baixar o nível de exigência pedagógica ou esvaziar os conteúdos de sentido científico e cultural. A equidade avaliativa implica estabelecer metas desafiadoras, porém realistas e compatíveis com o desenvolvimento do aluno, comparando o seu progresso primariamente consigo mesmo (evolução temporal) e não com o desempenho abstrato do restante da turma (Arruda, 2026). O foco desloca-se do "quanto falta para o aluno atingir o padrão ideal" para "quais avanços ele conquistou a partir do seu próprio ponto de partida" (Luz; Cruz, 2022).

Ademais, a efetividade do PEI e da avaliação customizada depende intrinsecamente de uma cultura institucional pautada pelo planejamento colaborativo e pela corresponsabilidade. O documento não pode ser concebido como um relatório estático arquivado na secretaria da escola, mas sim como um guia dinâmico e flexível que é permanentemente revisitado e avaliado pela equipe multidisciplinar. Conforme apontam os debates contemporâneos sobre inclusão, quando o PEI é construído de maneira isolada, restrito apenas ao professor do AEE, perde-se a oportunidade de alinhar as expectativas pedagógicas da sala de aula regular com as necessidades específicas do estudante (Arruda, 2026). A articulação constante entre os saberes pedagógicos e especializados é o que assegura a coerência entre o que é ensinado, como é ensinado e de que maneira o progresso desse aluno é verificado.

Por fim, consolidar a equidade por meio de adaptações curriculares e avaliativas desafia as instituições de ensino a superarem a lógica meritocrática tradicional, que culpabiliza o estudante pelo insucesso escolar. Uma avaliação verdadeiramente inclusiva reconhece que o aprendizado é um fenômeno complexo, relacional e condicionado pelas oportunidades oferecidas pelo meio. Ao estabelecer critérios justos, transparentes e condizentes com a realidade do educando, a escola cumpre seu papel democrático: transformar a diversidade não em um obstáculo a ser superado, mas na própria essência de uma prática educativa emancipatória e humanizadora (Luz; Cruz, 2022).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão aprofundada sobre a avaliação inclusiva e as adaptações curriculares revela que a transformação da escola contemporânea não é uma concessão ou um arranjo secundário, mas um imperativo ético, político e pedagógico inegociável. Repensar os métodos avaliativos exige abandonar definitivamente

a cultura da padronização excludente e meritocrática em favor de uma práxis pautada na diversidade, na flexibilidade e na justiça social. Conforme evidenciado ao longo deste estudo, a inclusão só ganha materialidade quando o currículo deixa de ser um molde rígido e passa a atuar como um instrumento vivo, aberto às ressignificações necessárias para acolher a heterogeneidade humana.

Constatou-se que as adaptações curriculares, quando integradas a uma avaliação formativa, processual e mediadora, deixam de ser meros ajustes burocráticos para se tornarem pontes sólidas que asseguram o acesso, a permanência e a aprendizagem efetiva. O acompanhamento real do desenvolvimento do estudante só se torna viável quando a instituição escolar compreende que avaliar é, antes de tudo, um ato de escuta sensível, acolhimento e redimensionamento contínuo da prática pedagógica. Instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI) e a diversificação de metodologias e meios de expressão demonstram que é possível estabelecer critérios rigorosos e desafiadores sem cair na armadilha da homogeneização excludente.

Portanto, garantir a equidade na educação inclusiva demanda o fortalecimento de redes de apoio colaborativo, o investimento constante na formação docente, inicial e continuada, e a superação de preconceitos enraizados na cultura escolar tradicional. A responsabilidade por uma educação justa é coletiva e exige o engajamento sinérgico de professores, gestores, famílias e sistemas de ensino. Somente por meio desse compromisso articulado a escola cumprirá sua função social mais sublime: constituir-se como um espaço democrático onde todas as singularidades e potências humanas possam florescer plenamente, sem exclusões ou barreiras intransponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, P. F. de O. As influências das políticas de adaptação curricular nas práticas inclusivas do curso de Pedagogia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, p. 1-13, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24308>. Acessado em 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/SEESP, 2001.

LUZ, Rebeca do Nascimento; CRUZ, Lilian Moreira. Um estudo sobre adaptação curricular no ensino regular: educação inclusiva em foco. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade (REED)**, v. 3, n. 7, p. 111-128, 2022.

PEREIRA JÚNIOR, A. C. et al. Inclusão escolar e adaptação curricular: possibilidades para práticas pedagógicas inclusivas e a especificidade da deficiência visual. **Revista Tópicos**, v. 4, n. 35, p. 1-17, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785192025>. Acessado em 17 set. 2026.

AVALIAÇÃO INCLUSIVA E ADAPTAÇÕES CURRICULARES: REPENSANDO OS MÉTODOS AVALIATIVOS PARA
GARANTIR A EQUIDADE E O ACOMPANHAMENTO REAL DA APRENDIZAGEM

VASCONCELOS, Emanuella Silveira et al. Adaptações curriculares e avaliação inclusiva para estudantes com TEA. **Revista Missioneira**, v. 27, n. 12, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/w1q0kx64>. Acessado em 17 set. 2026.